

INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS

presidente RITA CORTEZ

GESTÃO 2025-2028

COMISSÃO DE DIREITO CONSTITUCIONAL

presidente JORGE FOLENA

**O Poder Constituinte de 1987/1988: homenagem da Comissão
de Direito Constitucional aos seus membros constituintes**

SAUDAÇÃO À S. EXA. JOSÉ BERNARDO CABRAL

POR

JOYCEMAR LIMA TEJO

VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITO
CONSTITUCIONAL

06 de outubro de 2025

Senhora Presidente, senhores presentes a este importante evento, em que celebramos nossa Democracia e nossa Constituição nas pessoas dos deputados constituintes que integram a Comissão de Direito Constitucional do Instituto dos Advogados Brasileiros.

Em “Esaú e Jacó” de Machado de Assis, a personagem Flora, diante do rumor de que seu pai seria nomeado presidente de província, teve um calafrio. Temia lugares distantes como o Amazonas. A Região Norte do País evocava, como evoca até hoje, exotismo e distância. “Era o infinito”, pensou a personagem.

Sem perder seu exotismo, que nos traz à alma a riqueza amazônica, patrimônio nosso tão ameaçado pela cobiça capitalista, podemos dizer do Amazonas que é local do Brasil extremamente fértil.

Não apenas a fertilidade da terra, mas também das ideias. Com efeito, aquela região de tantas riquezas naturais também nos dá riquezas da mente e do espírito.

É o Amazonas, Senhora Presidente, precisamente Manaus, o berço de José Bernardo Cabral, filho de Antônio e Cecília.

Cabral, o nome do lusitano que primeiro aportou em nossas praias. Como ele, Bernardo também desbravou caminhos.

É uma tarefa hercúlea compilar a trajetória desse homem público. Promotor, delegado, deputado estadual. Como deputado federal, foi cassado em fevereiro de 1969 pelo AI5 do odioso regime da ditadura empresarial-militar.

Senhora Presidente, é trágico constatar que tal odioso regime ainda possua entusiastas na atualidade. É trágico constatar que em 8 de janeiro de 2023 corremos o risco de ter novamente a democracia cassada. É motivo de alegria e orgulho, porém, constatar a resiliência de nossa Constituição, inabalável apesar de tantos golpes.

Com o retorno da democracia, Bernardo assume como Ministro da Justiça, e interinamente da Agricultura, do governo eleito em 1989. Posteriormente eleito Senador da República por seu Amazonas natal.

Sendo este Instituto uma Casa de Advogados, é preciso destacar o Bernardo advogado. Cioso das grandes responsabilidades de nossa classe, foi secretário-geral e então presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil no início dos anos 80. Recebeu em 2015 deste nosso Instituto, do qual é membro desde 1972, a Medalha “Teixeira de Freitas”, nossa mais alta condecoração. Paradoxal efeito: a concessão da honraria para Bernardo é, ao mesmo tempo, uma honraria para todos nós, membros do Instituto.

Mas é como deputado federal constituinte que José Bernardo Cabral marcou com maior brilhantismo a nossa história.

Os homens não fazem sua história livremente, diz Marx no “Dezoito Brumário de Luís Bonaparte”, e sim mediante as condições legadas do passado.

As pessoas que estiveram à frente da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 tiveram a tarefa inaudita de romper o passado para fazer nascer o futuro.

Senhora Presidente, eu tinha 10 anos de idade em outubro de 1988. Lembro-me da comoção. Lembro-me das tardes no ensino primário, quando a professora nos apresentava o texto da Constituição e sua importância para nossas vidas, evidentemente de forma adaptada à nossa idade escolar.

Para ilustrar as aulas, a mestra nos fazia ouvir “Coração de estudante”, de Milton Nascimento e Wagner Tiso, hino informal do período de redemocratização.

A letra fala que se renova a esperança.

O Relator-geral dessa esperança foi Bernardo.

Coube a ele a difícil tarefa de sistematizar os anseios da nação. De dar corpo às pulsões que brotavam de todos os cantos do País.

Cumpriu com afinco esse mister. Seu nome está escrito, assim como o de seus companheiros constituintes, em letras de ouro na história da República.

Sabemos que Bernardo também é formado em psicologia.

Aquele estudioso da psique humana, Jung, dizia que o homem desenvolveu vagarosamente a sua consciência até alcançar o estado civilizado, “num processo que levou um tempo infundável”, e que “esta evolução está longe da conclusão pois grandes áreas da mente ainda estão mergulhadas em trevas”.

Creio que algo parecido pode ser dito de nossa democracia.

Uma longa caminhada, um longo trajeto rumo à maturidade institucional. Não linear, e sim geralmente sinuoso. Há trevas por toda parte. Mas iluminando o caminho há a Constituição.

Esse fecho luminoso foi aceso por Bernardo Cabral e seus companheiros da Assembleia Nacional Constituinte, conforme o anseio da classe trabalhadora, dos estudantes e de todo o povo brasileiro.

Essa luz segue indicando o caminho. Jamais permitiremos que seja apagada.

Muito obrigado.